



## Presidente do TJ assume governo do Amapá; após prisão de governador

O presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, desembargador Dôglas Evangelista Ramos, assumiu o governo do Amapá após a prisão do atual governador, Pedro Paulo Dias de Carvalho, acusado de desvio de recursos públicos. As informações são da *Agência Brasil*.

Segundo o TJ-AP, Ramos está reunido com autoridades do Estado para definir como fica o governo do Amapá a partir de agora. O governador em exercício foi o primeiro presidente do tribunal.

Com o afastamento de Pedro Paulo, o presidente da Assembleia Legislativa do estado, Jorge Amanájas (PSDB), seria o primeiro na linha sucessória. Mas ele não pôde assumir, pois se desincompatibilizou do cargo para disputar a eleição ao governo estadual. Ele é uma das 87 pessoas contra as quais foram expedidos pela Justiça mandados de condução coercitiva para dar explicações à Polícia Federal.

De acordo com perfil publicado no site da *Folha de S.Paulo*, o desembargador Ramos é natural de Barreiras (BA), foi sapateiro de profissão e se formou em Direito pela Universidade de Brasília. Fez carreira no Judiciário de Rondônia e do Amapá.

### Operação Mãos Limpas

Pedro Paulo Dias foi preso, nesta sexta-feira (10/9), pela Polícia Federal sob a acusação de desvio de recursos públicos do estado e da União. A ação faz parte da operação batizada como Mãos Limpas. Mais 17 pessoas, entre elas o ex-governador do Amapá e atual candidato ao Senado, Waldez Góes (PDT), também foram detidas.

Os envolvidos estão sendo investigados pelas práticas de crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, advocacia administrativa (patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública), ocultação de bens e valores, lavagem de dinheiro, fraude em licitações, tráfico de influência, formação de quadrilha, entre outros crimes.

O STJ expediu 18 mandados de prisão temporária, 87 mandados de condução coercitiva e 94 mandados de busca e apreensão. Além do estado do Amapá, os mandados estão sendo cumpridos no Pará, na Paraíba e em São Paulo. Participaram da ação 60 servidores da Receita Federal e 30 da Controladoria-Geral da União. Trabalharam na operação 600 policiais federais.

**Autores:** Redação ConJur